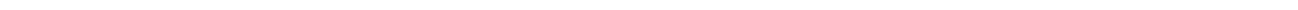




Energisa Nova Friburgo | Resultados de 2014

Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014**



Relatório da Administração

A Administração da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Nova Friburgo" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Energisa Nova Friburgo é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 100,8 mil consumidores e uma população de aproximadamente 190 mil habitantes no município de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro.

A Energisa Nova Friburgo manteve, em 2014 o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores. Essa característica evidencia a posição privilegiada dos indicadores operacionais e de satisfação em pesquisas com os consumidores. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou em 5 de março, o ranking nacional das concessionárias de distribuição de energia elétrica em relação à qualidade do serviço prestado em 2014. A Energisa Nova Friburgo foi a distribuidora que mais evoluiu, com um avanço de nove posições comparado com 2013, ocupando, em 2014, a 5ª posição.

A Aneel leva em conta dois indicadores de desempenho que mostram o tempo e a quantidade de vezes que o consumidor ficou sem luz no ano: o DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora), que indica o número de horas, em média, que o consumidor ficou sem energia; e o FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), quem mede quantas vezes, em média, houve interrupção no fornecimento de energia. Os limites são definidos pela Aneel para cada distribuidora.

2 - Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Nova Friburgo investiu R\$ 8,3 milhões ao longo do ano de 2014, garantindo 99,9% de disponibilidade de energia elétrica aos consumidores.

Entre as realizações, destacam-se:

- i) reforço do muro da subestação Conselheiro Paulino, com elevação dos equipamentos da casa de comando;
- ii) instalação de banco de capacitor de 3,6 MVA na subestação de Conselheiro Paulino;
- iii) licenciamento e projeto da linha de distribuição de 69 kV JAP-CPO;
- iv) projeto Spare Parts para religadores;
- v) aquisição de equipamentos reserva para subestações; e
- vi) reforma no alimentador Conquista-Conquista.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	6	6	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	152	127	+ 25
Linhas de transmissão - km	16	16	-
Redes de distribuição (próprias) - km	1.916	2.008	- 92
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.638	3.405	+ 233
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	206	153	+ 53

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	168,9	147,1	+ 14,8
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	161,0	138,8	+ 16,0
Receita Operacional Líquida	113,9	100,0	+ 13,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	106,0	91,7	+ 15,6
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	6,5	11,2	- 42,0
EBITDA	11,3	15,6	- 27,6
EBITDA Ajustado	12,8	17,0	- 24,7
Resultado financeiro	(3,3)	(1,1)	+ 200,0
Lucro Líquido	2,3	6,9	- 66,7
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	152,1	141,2	+ 7,7
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	12,1	9,0	+ 34,4
Patrimônio Líquido	58,5	60,7	- 3,6
Endividamento Líquido	53,9	52,7	+ 2,3
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	100,8	98,4	+ 2,4
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	343,3	338,6	+ 1,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	344,0	339,6	+ 1,3
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	5,00	5,17	- 0,17 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	11,2	17,0	- 5,8 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	4,2	3,1	+ 1,1

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - reajuste tarifário

Em 18 de junho de 2014, foi concedido à Energisa Nova Friburgo, reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 12,56% percebido pelos consumidores.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 0,1 milhão para a Energisa Nova Friburgo. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Eventos subsequentes

3.2.1.1 - Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias" nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.1.2 - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Nova Friburgo, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 26,0% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 107,5 milhões, aumento de 21,1% (R\$ 18,7 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 8,9% (R\$ 2,4 milhões), para R\$ 29,5 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram crescimento de 22,7% (R\$ 11,3 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Variação em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	29,5	27,1	+ 2,4
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	10,1	8,9	+ 1,2
1.2 Material	1,1	1,0	+ 0,1
1.3 Serviços de terceiros	18,3	17,2	+ 1,1
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	61,0	49,7	+ 11,3
3 - Depreciação e amortização	4,9	4,5	+ 0,4
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,3	(0,2)	+ 0,5
5 - Outras despesas/receitas	3,9	(0,6)	+ 4,5
Subtotal	99,6	80,5	+ 19,1
6 - Custo de construção	7,9	8,3	- 0,4
Total	107,5	88,8	+ 18,7

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Energisa Nova Friburgo registrou lucro líquido de R\$ 2,3 milhões, ante os R\$ 6,9 milhões registrados em 2013. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 12,8 milhões em 2014, contra os R\$ 17,0 milhões em 2013, redução de 24,7%, decorrente, em grande parte, do menor crescimento das receitas líquidas, vis-à-vis o aumento dos custos da energia comprada.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	2,3	6,9	- 66,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(0,8)	(3,1)	- 74,2
(-) Resultado financeiro	(3,3)	(1,1)	+ 200,0
(-) Depreciação e amortização	(4,9)	(4,5)	+ 8,9
(=) Geração de caixa (EBITDA)	11,3	15,6	- 27,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,5	1,4	+ 7,1
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	12,8	17,0	- 24,7
Margem do EBITDA Ajustado (%)	11,2	17,0	- 5,8 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2014, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 537,9 mil (R\$ 33,0071114 por ação), a serem pagos em data a ser definida.

4 - Desempenho operacional

O foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento são prioridades constantes da Energisa Nova Friburgo. A Companhia tem mantido os seus índices operacionais entre os melhores do país.

4.1 - Gestão das perdas de energia: o ano foi marcado mais uma vez por excelentes resultados no combate às perdas de energia elétrica, que foram reduzidas para 5,0%, uma melhoria de 0,17 ponto percentual em relação a 2013.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência apresentou um crescimento de 0,06 ponto percentual, tendo se situado em 1,15% em 2014, contra 1,09% registrado em 2013.

4.3 - DEC e FEC: a redução dos indicadores DEC e FEC em 2014 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas. Os índices DEC e FEC apresentaram melhoria de 22,1% e 29,1%, respectivamente.

Indicadores operacionais	2014	2013	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	5,00	5,17	- 0,17 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,15	1,09	+ 0,06 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,31	0,35	- 11,4
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	76,6	87,9	- 12,9
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	65,80	52,91	+ 24,4
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	6,46	8,29	- 22,1
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	5,08	7,16	- 29,1

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Nova Friburgo, totalizaram 343,3 GWh, incremento de 1,4% em relação a 2013. A energia total distribuída em 2014 foi de 344,0 GWh, ante os 339,6 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	343,3	338,6	+ 1,4
✓ Residencial	165,6	160,8	+ 3,0
✓ Industrial	57,0	61,9	- 8,0
✓ Comercial	74,7	72,4	+ 3,3
✓ Rural	5,7	5,1	+ 11,7
✓ Outras Classes	40,3	38,4	+ 4,9
2) Fornecimento não faturado	0,7	1,0	- 30,0
3) Energia Total Distribuída (1+2)	344,0	339,6	+ 1,3

A Energisa Nova Friburgo encerrou o ano com 100.819 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,4% superior à registrada no fim de 2013.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Perfil da dívida

A dívida líquida da Energisa Nova Friburgo, que incluem empréstimos, financiamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 52,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 53,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Nova Friburgo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	18,6	32,7
Empréstimos e financiamentos	18,2	32,3
Encargos de dívidas	0,3	0,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,1	0,1
Longo Prazo	47,4	29,0
Empréstimos e financiamentos	47,2	28,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,2	0,5
Total das dívidas	66,0	61,7
(-) Disponibilidades financeiras	12,1	9,0
Total das dívidas líquidas	53,9	52,7

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Nova Friburgo valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 122 colaboradores próprios e 45 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas da unidade estão alinhadas aos valores e missão da companhia, e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de Gestão de Pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual.

Em 2014, a Energisa Nova Friburgo dedicou 13,3 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 48 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2014, foram dedicadas nessa modalidade 7,9 mil homem/hora, o que corresponde a 59,3% do total de treinamento nesta unidade.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Nova Friburgo lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2014, foi ampliado o Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Minas Gerais deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio do

“Portal Líder” e “Academia de Líderes”. O Programa de Desenvolvimento Gerencial, disponível através do ambiente de capacitação online denominado PORTAL LÍDER ENERGISA, ofereceu aos seus participantes (gestores da Energisa Nova Friburgo) cursos práticos da Harvard Business Publishing. Diante da nova realidade da empresa, ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes nesta unidade, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Nova Friburgo conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da Organização. Em 2014, a Energisa Nova Friburgo contratou um trainee, através de seu programa de seleção que permite desenvolver uma nova geração de líderes.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Nova Friburgo busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ *Biblioteca Energisa* que está localizada na agência de Nova Friburgo e visa democratizar o acesso à leitura e estimular sua prática através da troca de livros. Atualmente possui um acervo de mais de 100 obras literárias;
- ✓ Apoio a projetos desenvolvidos pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com destaque para a Usina Cultural Nova Friburgo que em 2014, através de shows, palestras e exposições atraiu um público de aproximadamente 4 mil pessoas, além de abrigar a Escola de Música Campesina Friburguense e a Turma de Teatro da Diretora Daniela Santi que atendem a 41 e 45 alunos, respectivamente.
- ✓ Patrocínio de diversas iniciativas das prefeituras da área de concessão e de outras instituições que estimulam o esporte, a cultura e a sustentabilidade, além de seminários e feiras que promovem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- ✓ Ainda, por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Nova Friburgo patrocina diversos projetos culturais. Em 2014 dois projetos foram beneficiados, garantindo a produção e finalização de dois longas-metragens.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- ✓ Patrocínio ao campeonato ciclístico *Montanha CUP*, bem como doações para manutenção de aulas de artes marciais para crianças carentes.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de “Eficiência Energética” são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2014, este programa absorveu mais de R\$ 500 mil em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- ✓ *Nossa Energia*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas.
- ✓ *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2014 foram coletadas quase mais de 614 toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Nova Friburgo em 2014 foi de R\$ 48 mil, sendo i) R\$ 36 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 12 mil para revisão de processos fiscais e por serviços relacionados a programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	8.914	4.927
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	2.920	3.833
Consumidores e concessionárias	6	15.963	14.041
Títulos de créditos a receber	7	217	266
Estoques		392	294
Impostos a recuperar	10	10.869	8.517
Instrumentos financeiros derivativos	29	3.799	-
Contas a receber da concessão	15	93.026	-
Ativos regulatórios	11	2.023	-
Outros créditos	12	4.504	3.509
Total do circulante		142.627	35.387
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	254	242
Consumidores e concessionárias	6	361	368
Impostos a recuperar	10	1.985	2.280
Depósitos e cauções vinculados	20	1.694	2.530
Instrumentos financeiros derivativos	29	940	7.708
Contas a receber da concessão	15	-	84.182
Outros créditos	12	2	-
		5.236	97.310
Investimentos		92	84
Intangível	16	852	4.926
Imobilizado	16	3.342	3.448
Total do não circulante		9.522	105.768
Total do ativo		152.149	141.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	8.814	7.217
Encargos de dívida	18	262	342
Empréstimos e financiamentos	18	18.160	32.249
Tributos e contribuições sociais	19	2.449	2.227
Dividendos	21.4	4.711	-
Encargos do consumidor a recolher		144	80
Benefícios a empregados	30	58	99
Obrigações estimadas		646	701
Passivos regulatórios	11	71	-
Obrigações intrassetoriais		1.449	1.188
Outras contas a pagar		2.379	2.174
Total do circulante		39.143	46.277
Não circulante			
Fornecedores	17	116	116
Empréstimos e financiamentos	18	47.176	28.475
Tributos e contribuições sociais	19	2.478	1.851
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	1.381	919
Benefícios a empregados	30	228	470
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	2.627	2.240
Outras contas a pagar		540	147
Total do não circulante		54.546	34.218
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	39.743	39.743
Reservas de capital	21.2	11.248	11.248
Reservas de lucros	21.3	7.196	5.469
Dividendos adicionais propostos	21.4	-	4.173
Outros resultados abrangentes		273	27
Total do patrimônio líquido		58.460	60.660
Total do passivo e patrimônio líquido		152.149	141.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	22	113.932	99.981
Custo do serviço de energia elétrica	23	(84.577)	(71.180)
Lucro bruto		29.355	28.801
Despesas com vendas	23	(3.364)	(4.530)
Despesas gerais e administrativas	23	(18.892)	(15.928)
Outras receitas	24	441	3.710
Outras despesas	24	(1.074)	(893)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		6.466	11.160
Receita Financeira	25	4.897	6.752
Despesa Financeira	25	(8.246)	(7.849)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.349)	(1.097)
Lucro antes dos impostos		3.117	10.063
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(517)	(729)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	(335)	(2.467)
Lucro líquido do exercício		2.265	6.867
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	26	139,00	503,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.265	6.867
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	246	71
Total de outros resultados abrangentes do exercício	2.511	6.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.117	10.063
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		2.968	4.070
Amortização e depreciação	23	4.854	4.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	23	91	127
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	218	(277)
Marcação a mercado de derivativos	25	869	1.520
Instrumentos financeiros derivativos	25	(3.371)	(3.974)
Ganho (perda) na alienação de bens do intangível	24	633	(2.817)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias		(2.006)	479
Diminuição de títulos de créditos a receber		49	83
(Aumento) diminuição de estoques		(98)	83
(Aumento) de impostos a recuperar		(3.565)	(1.140)
Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados		836	(800)
(Aumento) diminuição de outros créditos		(850)	561
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		977	520
Aumento de tributos e contribuições sociais		2.012	661
Imposto de renda e contribuição social pagos		(44)	(213)
(Diminuição) aumento de obrigações Estimadas		(55)	100
Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher		64	(1.062)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		820	(1.528)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.519	10.917
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		1.890	469
Aplicações no imobilizado e no intangível	15 e 33	(7.162)	(7.224)
Alienação de bens do intangível	24	441	3.710
Outros investimentos		-	(37)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(4.831)	(3.082)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	18	11.749	2.703
Pagamentos de empréstimos - principal	18	(13.073)	(2.175)
Pagamentos de empréstimos - juros	18	(2.848)	(3.340)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		5.471	(1.171)
Pagamentos de dividendos	20.4	-	(11.836)
Aumento de capital com subscrição de ações	20.1	-	7.093
Recebimento de partes relacionadas		-	558
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		1.299	(8.168)
Variação líquida do caixa		3.987	(333)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		4.927	5.260
Caixa mais equivalentes de caixa finais		8.914	4.927
Variação líquida do caixa		3.987	(333)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	22	160.966	138.816
Outras receitas	24	441	3.710
Receitas relativas a construção de ativos próprios		8.200	8.454
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	8	(91)	(127)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida		67.004	54.674
Materiais e serviços de terceiros		20.021	18.816
Outros custos operacionais		11.628	10.284
		<u>98.653</u>	<u>83.774</u>
Valor adicionado bruto		<u>70.863</u>	<u>67.079</u>
Amortização e depreciação	23	<u>4.854</u>	<u>4.461</u>
Valor adicionado líquido		<u>66.009</u>	<u>62.618</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	4.897	6.752
Valor adicionado a distribuir		<u><u>70.906</u></u>	<u><u>69.370</u></u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		6.181	5.434
Benefícios		1.909	1.846
FGTS		450	378
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		10.635	11.896
Estaduais		37.076	32.041
Municipais		206	140
Obrigações intrassetoriais		2.894	1.969
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	24	8.497	8.038
Aluguéis		793	761
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	21.4	538	2.351
Dividendos adicionais propostos	21.4	-	4.173
Reserva legal	21.3	113	343
Retenção de Lucros		1.614	-
		<u><u>70.906</u></u>	<u><u>69.370</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital			Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Remuneração de imobilizado em curso	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Reserva de lucros	Legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2013	32.650	179	11.065	4	-	5.126	9.485	-	(44)	58.465
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(4.743)	-	-	(4.743)
Aumento de capital conforme AGE de 20/12/2013	21.1 7.093	-	-	-	-	-	(4.742)	-	-	2.351
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	71	71
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.867	-	6.867
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva legal	21.3 -	-	-	-	-	343	-	(343)	-	-
Dividendos	21.4 -	-	-	-	-	-	-	(2.351)	-	(2.351)
Dividendos adicionais propostos	21.4 -	-	-	-	-	-	4.173	(4.173)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	39.743	179	11.065	4	-	5.469	4.173	-	27	60.660
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(4.173)	-	-	(4.173)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	246	246
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.265	-	2.265
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										
Reserva legal	21.3 -	-	-	-	-	113	-	(113)	-	-
Reserva Lucros	21.3 -	-	-	-	1.614	-	-	(1.614)	-	-
Dividendos	21.4 -	-	-	-	-	-	-	(538)	-	(538)
Saldos em 31 dezembro de 2014	39.743	179	11.065	4	1.614	5.582	-	-	273	58.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2014 Valor			2013 Valor		
Receita líquida (RL)	113.932			99.981		
Resultado operacional (RO)	3.117			10.063		
Folha de pagamento bruta (FPB)	8.183			7.721		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.143	13,97%	1,00%	1.091	14,13%	1,09%
Encargos sociais compulsórios	1.839	22,47%	1,61%	1.663	21,54%	1,66%
Previdência privada	181	2,21%	0,16%	179	2,32%	0,18%
Saúde	359	4,39%	0,32%	445	5,76%	0,45%
Segurança e saúde no trabalho	124	1,52%	0,11%	132	1,71%	0,13%
Educação	21	0,26%	0,02%	26	0,34%	0,03%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	74	0,90%	0,06%	73	0,95%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	21	0,26%	0,02%	14	0,18%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.101	13,45%	0,97%	1.148	14,87%	1,15%
Outros	451	5,51%	0,40%	168	2,18%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	5.314	64,94%	4,66%	4.939	63,97%	4,94%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	121	3,88%	0,11%	136	1,35%	0,14%
Cultura	319	10,23%	0,28%	209	2,08%	0,21%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	97	3,11%	0,09%	103	1,02%	0,10%
Total das contribuições para a sociedade	538	17,26%	0,47%	448	4,45%	0,45%
Tributos (excluídos encargos sociais)	49.110	1575,55%	43,10%	42.414	421,48%	42,42%
Total - Indicadores sociais externos	49.648	1592,81%	43,58%	42.862	425,94%	42,87%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	3.705	118,86%	3,25%	8.030	79,80%	8,03%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.705	118,86%	3,25%	8.030	79,80%	8,03%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	122			129		
Nº de admissões durante o período	17			23		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	71			81		
Nº de estagiários(as)	3			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	31			23		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	25			20		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	30,43%			16,67%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	18			24		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3			3		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24,21			24,21		
Número total de acidentes de trabalho	10			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1308	no Procon 17	na Justiça 96	na empresa 1331	no Procon 20	na Justiça 93
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,08%	no Procon 100%	na Justiça 16%	na empresa 99,08%	no Procon 100%	na Justiça 15%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 70.906			Em 2013: 69.370		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72% governo acionistas	12% colaboradores(as) 13% terceiros	3% 0% retido	66% governo acionistas	12% colaboradores(as) 13% terceiros	9% 0% retido
7 - Outras Informações	2014			2013		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0			0		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	0			0		
7.2 - Programa de eficiência Energética	1.048			499		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	289			151		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.337			650		

Notas Explicativas

Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa NF") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 100.819 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Abaixo estão listadas algumas das principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 11, 15, 22, e 32, respectivamente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia manifestou, em junho de 2012, o interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Tal pedido foi reiterado em outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como o prazo da concessão vencerá em julho de 2015, e como até o momento a Companhia não tomou conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados. Foi agendada reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. Por ora, seguimos no aguardo de manifestação do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação

pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 29.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;

- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.
(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.”

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da sua data de aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência.
- g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;

- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29;
- n. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável no prazo.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por

valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza as suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - benefício definido - a obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações no mercado aberto e recursos vinculados.

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio de resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
Caixa Econômica Federal	CDB	30/11/2017	100,5% do CDI	3.105	2.700
Caixa Econômica Federal FID	CDB	30/11/2017	100,5% do CDI	238	29
Santander	Debêntures (2)	21/11/2016	103,2% do CDI	3.726	473
				7.069	3.202
Caixas e bancos				1.845	1.725
Total caixa e equivalente de caixa				8.914	4.927

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 - Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
BES	CDB	19/03/2015	103,0% do CDI	2	2
Bradesco	CDB	19/09/2016	96,0% do CDI	3	3
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	LFT	1/03/2018	SELIC	74	33
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	NTN	15/05/2045	IPCA	140	672
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	Debentures	15/04/2016	122,11% do CDI 109,0% a 113,0% do CDI e	105	142
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	IPCA + 5,7%	1.099	1.145
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	LF	27/04/2015 a 25/04/2016	106,0% a 109,0% do CDI	1.089	1.778
Caixa Econômica Federal - FI Energisa (4)	LTN	1/07/2018	Título Publico	103	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	305	58
				2.920	3.833

b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	254	242
				254	242
Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)				3.174	4.075
Circulante				2.920	3.833
Não Circulante				254	242

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$565 (R\$305 em 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vencidos (1)	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2014	2013
Residencial	3.531	1.426	172	80	4	-	5.213	4.727
Industrial	1.524	189	7	4	15	-	1.739	1.605
Comércio, serviços e outras atividades	2.184	301	25	24	83	31	2.648	2.424
Rural	62	44	10	4	-	-	120	110
Poder Público:								
Federal	17	7	6	-	-	-	30	25
Estadual	43	17	15	3	-	-	78	64
Municipal	231	91	80	18	-	-	420	345
Iluminação pública	575	5	-	-	-	-	580	465
Serviço público	368	-	-	-	-	-	368	306
Subtotal - consumidores	8.535	2.080	315	133	102	31	11.196	10.071
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	361	361	368
Fornecimento não faturado	4.010	-	-	-	-	-	4.010	3.291
Outros valores a receber	977	-	-	-	-	-	977	1.070
(-) Provisão devedores duvidosos	-	-	-	(80)	(87)	(53)	(220)	(391)
Total	13.522	2.080	315	53	15	339	16.324	14.409
Circulante							15.963	14.041
Não Circulante							361	368

(*) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE vinculadas a liminares de dezembro de 2002.

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2014	2013
Títulos de créditos a receber	546	574
Ajuste a valor presente	(18)	(17)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(311)	(291)
	<u>217</u>	<u>266</u>
Circulante	217	266

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014 os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2014	2013
Vencidos	311	291
2015	217	266
Total	<u>528</u>	<u>557</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial - circulante - 2013 e 2012	682	707
Provisões constituídas no exercício	153	84
Reversão de provisões no exercício	(304)	(109)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	<u>531</u>	<u>682</u>
Consumidores e concessionárias	220	391
Títulos de créditos a receber	311	291

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.738 de 10 de junho de 2014, aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento de 12,56% aplicados a partir de 18 de junho de 2014.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da ENF com reajuste que gerou uma redução de 4,82%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

10. Impostos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5.303	4.555
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.322	636
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	146
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	387	276
PIS e COFINS	4.839	5.184
Outros	3	-
Total	12.854	10.797
Circulante	10.869	8.517
Não circulante	1.985	2.280

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	981
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	28
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	233
Itens financeiros	
Parcela de Fronteira	781
Total-circulante	2.023

Passivos regulatórios	2014
Itens financeiros	
CUSD	9
Neutralidade da Parcela A	62
Total - circulante	71
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	1.952

Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita operacional	1.991
Outras despesas financeiras	(39)
Total	1.952

(i) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

12. Outros créditos

	2014	2013
Baixa renda (1)	467	275
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	1.337	932
Ordens de serviço em curso - outros	263	215
Adiantamentos	1.021	872
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	458	345
Creditos de terceiros -Alienação de bens e direitos	820	218
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	62
Outros	140	590
Total	4.506	3.509
Circulante	4.504	3.509
Não circulante	2	-

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário.

(1) Baixa Renda:

	2014	2013
Saldo - inicial 2013 e 2012	275	621
Subvenção baixa renda	1.761	1.530
Ressarcimento Eletrobrás	(1.569)	(1.528)
Contas a receber Eletrobrás - CDE	-	(348)
Saldo - final - circulante 2014 e 2013	467	275

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	1.889	918
Antecipação/ Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013	(1.431)	(573)
Total	458	345

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de junho de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da empresa espera receber da CDE no primeiro semestre de 2015.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A (ZETUNIN), Energisa Geração Usina Mauricio (GUM), SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	5.020	-	828	-	394
EMG	-	835	-	57	-
ESO	9.021	-	-	-	641
GUM	-	14	-	-	1
2014	14.041	849	828	57	1.036
2013	12.612	979	682	88	1.002

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a remuneração dos membros da Diretoria foi de R\$802 (R\$976 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$67 (R\$69 em 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$146 (R\$152 em 2013).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$17 e R\$1 (R\$17 e R\$2 em 2013), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2014 foi de R\$8 (R\$8 em 2013).

Na AGE de 24 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 em R\$2.055.

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Ativo		
Prejuízos fiscais/Base negativa de contribuição social	2.105	367
Diferenças temporárias		
Imposto de Renda	5.535	4.016
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido	1.992	1.484
Total - não circulante	9.632	5.867
Passivo		
Diferenças temporárias		
Imposto de Renda	8.098	4.990
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido	2.915	1.796
Total - não circulante	11.013	6.786
Total Líquido - Passivo não circulante	1.381	919

A natureza dos créditos e débitos tributários diferidos são como segue:

	2014		2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais/Base negativa da CSSL	6.192	2.105	1.786	367
Creditos fiscais - ágio (1)	4.436	1.508	8.832	3.003
Provisão ajuste atuarial	286	97	569	193
Provisões para riscos trabalhistas e fiscais	2.627	893	2.240	762
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	531	181	632	215
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	3.346	1.138	1.953	664
Variações cambiais passivas	5.324	1.810	8.463	2.877
Marcação a mercado - derivativos	(4.739)	(1.611)	(7.708)	(2.621)
Ativos regulatórios (CVA's)	-	-	926	315
Ajustes a valor presente	18	6	16	6
Outras adições (exclusões) temporárias	333	113	253	86
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a Receber da concessão e atualizações:	(22.414)	(7.621)	(19.959)	(6.786)
Total passivo e ativo não circulante	(4.060)	(1.381)	(1.997)	(919)

(1) O crédito fiscal ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 771 de 19 de dezembro de 2006.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	3.117	10.063
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(1.060)	(3.421)
Ajustes:		
Outras Exclusões	208	225
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(852)	(3.196)
Alíquota efetiva	27,3%	31,8%

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresa

que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$2.455.

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Movimentação	2014	2013
Ativo financeiro - 2014 e 01/01/2013	84.182	68.786
Adições no exercício (*)	7.053	11.868
Baixas no exercício	(664)	(145)
Ativo financeiro	90.571	80.509
Atualização contas a receber da concessão - VNR	2.455	3.673
Ativo financeiro custo corrigido -2014 e 2013	93.026	84.182
Circulante	93.026	-
Não circulante	-	84.182

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16. Intangível e Imobilizado

	2014	2013
Intangível - Contrato de concessão	852	4.926
Imobilizado	3.342	3.448
Total	4.194	8.374

a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2014
Intangível em Serviço						
Custo	54.748	-	405	(3.439)	-	51.714
Amortização Acumulada	(47.626)	-	-	3.437	(4.983)	(49.172)
Subtotal	7.122	-	405	(2)	(4.983)	2.542
Em Curso	2.650	8.138	(405)	(7.370)	-	3.013
Total Intangível	9.772	8.138	-	(7.372)	(4.983)	5.555
Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	1.645	-	(5)	-	-	1.640
Amortização Acumulada	(1.252)	-	-	-	(275)	(1.527)
Subtotal	393	-	(5)	-	(275)	113
Em Curso (*)	4.453	449	5	(317)	-	4.590
Total Obrigações Vinculadas	4.846	449	-	(317)	(275)	4.703
Total Intangível	4.926	7.689	-	(7.055)	(4.708)	852
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.006	-	-	-	-	2.006
Edificações e benfeitorias	529	-	-	(55)	-	474
Máquinas e equipamentos	2.643	-	102	(37)	-	2.708
Veículos	123	-	-	-	-	123
Móveis e utensílios	913	-	17	(2)	-	928
Total do imobilizado em serviço	6.214	-	119	(94)	-	6.239
Depreciação acumulada:						
Reservatório, Barragens e Adutoras	(724)	-	-	-	-	(724)
Edificações e benfeitorias	(226)	-	-	10	(2)	(218)
Máquinas e equipamentos	(1.245)	-	-	3	(91)	(1.333)
Veículos	(54)	-	-	-	(17)	(71)
Móveis e utensílios	(517)	-	-	2	(36)	(551)
Total Depreciação acumulada	(2.766)	-	-	15	(146)	(2.897)
Subtotal Imobilizado	3.448	-	119	(79)	(146)	3.342
Imobilizado em Curso	-	119	(119)	-	-	-
Total do imobilizado	3.448	119	-	(79)	(146)	3.342
Total	8.374	7.808	-	(7.134)	(4.854)	4.194

(*) Das baixas no montante de R\$ 7.134, R\$7.053 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$81 referem-se a baixas realizadas no exercício.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	55.547	-	489	(1.288)	-	54.748
Amortização	(44.525)	-	-	1.288	(4.389)	(47.626)
Subtotal	11.022	-	489	-	(4.389)	7.122
Em Curso	7.076	8.461	(310)	(12.577)	-	2.650
Total	18.098	8.461	179	(12.577)	(4.389)	9.772
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	1.734	-	(89)	-	-	1.645
Amortização	(1.037)	-	-	-	(383)	(1.420)
Subtotal	697	-	(89)	-	(383)	225
Em Curso	4.053	1.020	89	(541)	-	4.621
Total	4.750	1.020	-	(541)	(383)	4.846
Total do intangível	13.348	7.441	179	(12.036)	(4.006)	4.926
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Software	515	-	(515)	-	-	-
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.033	-	-	(27)	-	2.006
Edificações e benfeitorias	554	-	-	(25)	-	529
Máquinas e equipamentos	2.479	-	274	(110)	-	2.643
Veículos	123	-	-	-	-	123
Móveis e utensílios	1.025	-	62	(174)	-	913
Depreciação Acumulada	(2.917)	-	-	270	(119)	(2.766)
Total Imobilizado	3.812	-	(179)	(66)	(119)	3.448
Total Geral	17.160	7.441	-	(12.102)	(4.125)	8.374

(*) Das baixas no montante de R\$12.102, R\$11.868 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$66 referem-se a baixas realizadas no exercício.

Das adições de obrigações especiais de R\$1.020, cerca de R\$168 foram transferidas do contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível esta sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,90% (3,83% em 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, estão reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor (1)	9.519	9.325
Participação da União - recursos CDE (2)	163	163
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.019	763
(-) Amortização acumulada	(1.526)	(1.252)
Total	9.175	8.999
Alocação:		
Contas a receber da concessão	4.472	4.153
Infraestrutura - Intangível em serviço	113	393
Infraestrutura - Intangível em curso	3.571	3.690
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.019	763
Total	9.175	8.999

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais. Até 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$1.019 (R\$763 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Encargos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2014	2013
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	3.487	3.154
(-) Transferência para o intangível em curso (*)	(251)	(189)
Efeito líquido no resultado	3.236	2.965

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa n° 25.

Imobilizado

Taxas de depreciação do ativo imobilizado praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens e adutoras	2,98%
Edificações e benfeitorias	3,37%
Máquinas e equipamentos	3,90%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento (1):		
Ampla - CUSD	783	783
Energia Livre	116	116
Contratos bilaterais	4.825	4.000
Materiais, serviços e outros (2)	3.206	2.434
Total	8.930	7.333
Circulante	8.814	7.217
Não circulante	116	116

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica e uso da rede básica e uso do sistema de distribuição da distribuidora Ampla, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2014	2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	37	-	4.000	4.037	4.030	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	46	141	187	287	
Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	11	15	442	468	632	
Banco HSBC - repasse BNDES I	1	78	49	128	346	
Banco HSBC - repasse BNDES II	-	55	25	80	184	
Banco HSBC - repasse BNDES III	-	26	16	42	112	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	1	182	914	1.097	1.281	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	1	104	349	454	462	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	2	76	381	459	536	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	11	125	626	762	879	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES V	19	210	1.163	1.392	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES VI	3	90	498	591	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	2	743	186	931	1.676	
Banco Itaú BBA - FINAME	7	139	1.262	1.408	902	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	18	1.302	3.511	4.831	6.341	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	37	599	1.106	1.742	1.836	
Total em moeda nacional	150	3.790	14.669	18.609	19.504	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(6)	-	(32)	(38)	(44)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	-	-	21.914	21.914	19.424	(1)
Bank of America Merrill Lynch	-	-	-	-	9.404	(1)
Bank of America Merrill Lynch	4	-	10.625	10.629		(1)
Banco Itaú BBA I	110	7.969	-	8.079	7.129	(1)
Banco Itaú BBA II	4	6.401	-	6.405	5.649	(1)
Total em moeda estrangeira	118	14.370	32.539	47.027	41.606	
Total	262	18.160	47.176	65.598	61.066	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$254 (R\$242 em 2013), registrados na rubrica, "mantidas até o vencimento" no ativo não circulante.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez/20	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,70%	11,51%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago/17	mensal	Recebíveis	32	RGR	5,0%	5,00%	
Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai/19	mensal, após jun.2014	-	53	RGR	5,0%	5,00%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	16	TJLP	+ 4,30%	9,30%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	16	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,35%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	abr/16	mensal	Aval Energisa S.A.	16	TJLP	+ 3,90%	8,90%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	TJLP	+ 4,75%	9,75%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	UMBND	+ 3,75% + juros variáveis	3,80%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	TJLP	+ 5,95%	10,95%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	dez/20	mensal	Aval Energisa S.A.	72	pré-fixado	5,5%	5,50%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES V	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	76	TJLP	+ 8,10%	13,10%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES VI	abr/21	mensal	Aval Energisa S.A.	76	SELIC	+ 3,10%	14,00%	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar/16	mensal	Aval Energisa S.A.	15	pré-fixado	5,5%	5,50%	
Banco Itaú BBA - FINAME	até nov-2024	mensal	Aval Energisa S.A.	119	pré-fixado	2,5% a 5,5%	2,5% a 5,5%	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	42	TJLP	+ 4,65%	9,65%	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	jun/18	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND	+ 3,65%	3,70%	
Citibank	set/17	final	Aval Energisa S.A.	33	Libor	+ 2,25%	15,64%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	mar/16	final	Aval Energisa S.A.	15	Libor	+ 2,45%	15,84%	(1)
Banco Itaú BBA I	ago/15	final	Aval Energisa S.A.	8	Dólar	+ 3,25%	16,64%	(1)
Banco Itaú BBA II	dez/15	final	Aval Energisa S.A.	12	Dólar	+ 3,25%	16,64%	(1)

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2014	2.013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%
UMBNB	0,05%	0,04%

Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2015	10.625
2016	3.271
2017	24.894
2018	3.323
2019	2.324
Após 2019	2.739
	47.176

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	61.066	55.212
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	11.749	2.703
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	8.704	8.666
Pagamento de principal	(13.073)	(2.175)
Pagamento de juros	(2.848)	(3.340)
Saldos em 2014 e 2013	65.598	61.066
Circulante	18.422	32.591
Não circulante	47.176	28.475

19. Tributos e Contribuições Sociais

	2014	2013
ICMS	103	113
Encargos Sociais	199	209
IRPJ	1.894	1.402
CSSL	726	594
PIS/COFINS	1.410	1.228
IRRF	211	200
Outros	384	332
Total	4.927	4.078
Circulante	2.449	2.227
Não circulante	2.478	1.851

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	162	316	(357)	9	130
Cíveis	912	79	(146)	56	901
Fiscais	1.166	325	-	105	1.596
Total	2.240	720	(503)	170	2.627
Depósitos e cauções vinculados (*)	(388)				(400)

(*) A Energisa NF possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$1.694 (R\$2.530 em 2013), dos quais R\$1.294 (R\$2.142 em 2013) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	192	316	(357)	9	130
Cíveis	912	79	(146)	56	901
Fiscais	1.166	325	-	105	1.596
Total	2.240	720	(503)	170	2.627
Depósitos e cauções vinculados (*)	(540)				(388)

(*) A Energisa NF possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$2.530 (R\$1.730 em 2012), dos quais R\$2.142 (R\$1.190 em 2012) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos o montante de R\$424 (R\$109 em 2013), sendo de indenizações trabalhistas e de indenizações cíveis R\$424 (R\$109 em 2013).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$1.020 (R\$727 em 2013), registrado na rubrica fornecedores.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$181.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a COFINS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos,

foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$41.194 (R\$14.806 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente, não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$743 (R\$147 em 2013), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade e horas de sobreaviso.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$34.659 (R\$9.472 em 2013), refere-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$5.792 (R\$5.187 em 2013) referem-se basicamente a discussões sobre: (i) Cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (ii) cobrança de crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que no exercício foram adicionados cerca de R\$2.418 de novas causas, apresentados os embargos as execuções onde se discute a improcedência das ações.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social é de R\$39.743 (R\$39.743 em 2013), representando 16.295 ações ordinárias (16.295 em 2013) todas nominativas e sem valor nominal.

21.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente ao ágio que lhe deu origem.

21.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

21.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.265	6.867
Reserva legal (5%)	(113)	(343)
Lucro líquido ajustado	2.152	6.524
Dividendos obrigatórios (25%)	538	1.631
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em junho de 2013 - R\$67,14 por ação	-	899
. Pagos em agosto de 2013 - R\$108,49 por ação(setembro de 2012 - R\$ 216,13 por ação)	-	1.452
	-	2.351
(**) Dividendos adicionais propostos R\$99,05 por ação (R\$256,07 por ação em 2013)	-	4.173
Total dos dividendos	2.152	6.524
% sobre o lucro líquido ajustado	25	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas AGEs de 13 de junho e 08 de agosto de 2013 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de junho de 2013, respectivamente.

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em Reunião da Diretoria.

22. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditada pelos auditores independentes		R\$	Não auditada pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	88.869	165.624	73.954	86.445	160.825	64.360
Industrial	880	56.951	22.477	921	61.875	21.032
Comercial	9.520	74.741	34.708	9.479	72.375	29.743
Rural	1.027	5.721	2.514	1.011	5.118	1.959
Poder Público:						
Federal	60	1.240	544	59	1.142	462
Estadual	84	1.739	789	82	1.602	670
Municipal	236	4.779	2.153	230	4.403	1.830
Iluminação Pública	6	20.677	6.023	2	20.296	5.099
Serviço Público	116	11.327	4.243	107	10.531	3.475
Consumo Próprio	21	472	-	20	429	-
Subtotal	100.819	343.271	147.405	98.356	338.596	128.630
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	4.964	-	-	4.390
Fornecimento não faturado (líquido)	-	700	720	-	1.052	168
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	2.188	-	-	1.619
Receita de Construção (1)	-	-	7.949	-	-	8.265
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	1.991	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	3.698	-	-	4.009
Total - receita operacional bruta	100.819	343.971	168.915	98.356	339.648	147.081
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	37.075	-	-	32.041
PIS	-	-	2.654	-	-	2.314
COFINS	-	-	12.223	-	-	10.657
ISS	-	-	137	-	-	119
Quota para RGR	-	-	-	-	-	(544)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	520	-	-	455
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.598	-	-	960
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	201
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	520	-	-	464
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	256	-	-	433
Total	-	-	54.983	-	-	47.100
Total - receita operacional líquida	100.819	343.971	113.932	98.356	339.648	99.981

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

23. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda	52.375	-	-	-	-	52.375	41.462
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	8.637	-	-	-	-	8.637	8.271
Pessoal e administradores	-	4.550	10	354	4.961	9.875	8.768
Entidade de previdência privada	-	33	-	-	145	178	175
Material	-	504	241	199	165	1.109	963
Serviços de terceiros	-	5.273	135	2.676	10.215	18.299	17.238
Depreciação e amortização	-	4.418	-	8	428	4.854	4.461
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	91	-	91	127
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	218	218	(277)
Custo de construção	-	-	7.949	-	-	7.949	8.265
Outras	-	450	2	36	2.760	3.248	2.185
	61.012	15.228	8.337	3.364	18.892	106.833	91.638

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (*)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014	2013
Energia bilateral	355.064	351.014	55.356	43.478
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	8.612	8.604	2.139	2.006
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(5.120)	(4.022)
Total	363.676	359.618	52.375	41.462

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24. Outros resultados

	2014	2013
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	441	3.710
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.074)	(893)
Total	(633)	2.817

25. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	989	637
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	1.478	1.387
Atualização contas a receber da concessão - VNR	2.455	3.673
Outras receitas financeiras	(25)	1.055
Total receita financeira	4.897	6.752
Encargos de dívidas - juros	(3.487)	(3.154)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(5.217)	(5.512)
(-) Transferência para ordens em curso	251	189
Marcação a mercado derivativos	(869)	(1.520)
Instrumentos financeiros derivativos	3.371	3.974
Comissão de aval	(828)	(682)
Outras despesas financeiras	(1.467)	(1.144)
Total despesa financeira	(8.246)	(7.849)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.349)	(1.097)

26. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício:	2.265	6.867
Média ponderada das ações	16.295	13.630
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	139,00	503,82

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2014	2013
Risco Operacional	23/10/2015	35.606	40	38
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	30	26
Frotas- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2015	Até R\$360 mil / veículo	17	17
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	9.648	43	43
			<u>130</u>	<u>124</u>

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

28. Arrendamento mercantil

A Companhia possui veículos, registrados no intangível, já totalmente amortizados, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil financeiro, totalmente liquidados.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	8.914	8.914	4.927	4.927
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	3.174	3.174	4.075	4.075
Consumidores e concessionárias	16.324	16.324	14.409	14.409
Títulos de créditos a receber e outros	217	217	266	266
Conta a receber da concessão	93.026	93.026	84.182	84.182
Ativos regulatórios líquidos	1.952	1.952	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.739	4.739	7.708	7.708

PASSIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	8.930	8.930	7.333	7.333
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.	65.598	65.598	61.066	61.066

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (a)	65.598	61.066
Caixa e equivalentes de caixa	(8.914)	(4.927)
Dívida líquida	56.684	56.139
Patrimônio líquido (b)	58.460	60.660
Índice de endividamento líquido	0,97	0,93

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	8.814	-	-	-	116	8.930
Empréstimos e financiamentos	13.384	18.118	33.322	6.988	3.087	74.899

b) Risco de crédito

A Administração da controladora avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	8.914	4.927
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	3.174	4.075
Consumidores e concessionárias	16.324	14.409
Títulos de créditos a receber e outros	217	266
Conta a receber da concessão	93.026	84.182
Ativos regulatórios líquidos	1.952	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.739	7.708

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11 e 28.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,3426/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 11,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, de R\$65.598 (R\$61.066 em 2013), R\$47.027 (R\$41.606 em 2013) estão representados em dólares, provenientes de US\$17,7 milhões (US\$17,6 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Bank of America Merrill Lynch, Itaú BBA e Citibank com vencimento de curto e longo prazo (vencimentos entre ago/15 e set/17) e custos de até US\$ mais 3,2466% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta no ativo circulante R\$3.799 e no não circulante R\$940 (R\$7.708 em 2013), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador (*)
Loan 4131 BAML P. Ativa	4.000	Libor + 2,35%	05/03/2015	-
P. Passiva		114,75% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa	3.000	VC + 4,33%	17/08/2015	2,85(Ago-15)
P. Passiva		100,0% CDI		
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa	2.410	VC + 3,82%	28/12/2015	2,95(Dez-15)
P. Passiva		110,5% CDI		
Loan 4131 Citibank P. Ativa	8.250	Libor + 1,36%	28/09/2017	-
P. Passiva		113,9% CDI		

(*) Em 27 de janeiro de 2015, a administração da Energisa excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM nº 550/08, revogada pela Deliberação CVM nº 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2014	2013		2014	2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD e Libor	47.354	49.361
			Posição Passiva		
Swap Cambial	40.763	39.913	Taxa de Juros CDI	(42.000)	(40.634)
Itaú BBA, Merrill Lynch e Citibank			Opções de Moeda Estrangeira - USD	(618)	(1.019)
			Posição Total		
			Swap Cambial	4.739	7.708

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o

valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 2 de janeiro de 2014 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

• Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos					
Swap Cambial					
Itaú BBA, Merrill Lynch e Citibank	-		6.250	(13.790)	(33.830)
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e Libor	47.027	Alta USD	43.005	53.756	64.507
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(42.000)		(42.000)	(42.000)	(42.000)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(618)		-	(2.687)	(6.074)
Subtotal	4.409		1.005	9.069	16.433
Líquido	-		7.255	(4.721)	(17.397)

(3) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$7.255, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes negativo de R\$4.721 e negativo de R\$17.397, respectivamente.

a) Variação das taxas de juros:

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11% e TJLP = 5% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	10.244	Baixa CDI	1.295	970	648
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(4.037)	Baixa CDI	(503)	(377)	(252)
	(6.657)	Alta TJLP	(333)	(416)	(499)
Subtotal	(10.694)		(836)	(793)	(751)
Total	(450)		459	177	(103)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo notional em reais equivale a R\$ 40.763. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em R\$ (4.484) no Cenário provável, R\$ (5.605) no Cenário II e R\$ (6.726) no Cenário III.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2014	2013
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	3.175	4.075
Instrumentos financeiros derivativos	2	4.739	7.708
Contas a receber da concessão	3	93.026	84.182
Ativos regulatórios líquidos	3	1.952	-

30. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. No exercício de 2014, as despesas de patrocínio do plano foram da ordem de R\$178 (R\$157 em 2013).

b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$286 (R\$569 em 2013) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$58 (R\$99 em 2013) e no não circulante R\$228 (R\$470 em 2013).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais	954	576
Valor justo dos ativos do plano	(668)	(7)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	286	569

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2014	2013
Passivo atuarial líquido no início do ano	569	566
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	90	110
Outros resultados abrangentes	(373)	(107)
Passivo atuarial líquido no final do ano	286	569

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2014	2013
Valor presente das obrigações no início do ano	576	615
Benefícios pagos	(109)	-
Juros sobre obrigação atuarial	41	54
Custo do serviço corrente (com juros)	49	60
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	397	(153)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	954	576

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	2015	2014
Custo do serviço corrente (com juros)	39	48
Juros sobre as obrigações atuariais	48	41
Rendimento esperado dos ativos do plano	(34)	-
Remensuração do custo financeiro	5	10
Total da despesa bruta a ser reconhecida	58	99

c) Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de as despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2014, as despesas com esse benefício foram de R\$273 (R\$346 em 2013).

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - R\$ MIL						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2014 a 2026	58.586	59.907	61.584	63.165	64.807	498.662

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2014.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

32. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

33. Meio ambiente

A Energisa Nova Friburgo trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMAS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O

sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;

3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios e comitês de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2014, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$3.705 (R\$8.030 em 2013), sendo R\$2.678 (R\$7.053 em 2013) alocados no ativo imobilizado e R\$1.027 (R\$977 em 2013) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

34. Informações adicionais ao fluxo de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	6.389	11.868
Atualização contas a receber da concessão - VNR	2.455	3.673
Fornecedores	1.026	406
Atividades de investimentos		
Intangível	765	1.093
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	512	498

35. Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,0%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

c. Empréstimos

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2015, foi aprovada a contratação de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R\$22.000, com vencimento em 25 de fevereiro de 2016, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 2,35% a.a., bem como prestar garantia real a sim mesmo, vinculado ao empréstimo (Loan).

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.
Nova Friburgo - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a concessão para exploração das atividades da Companhia expira em 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão em 15 de outubro de 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, o pedido de prorrogação está sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Superintendente de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Atendimento a Acionistas
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br